

Doze cartoons no epicentro da crise

Publicação: [O Mundo em Português Nº61](#)

Data de Publicação: Fevereiro/Março de 2006

Autor: Sílvia Lima

Os doze desenhos de Maomé publicados pelo Morgenavisen Jyllands-Posten em finais de Setembro desencadearam uma violenta crise que da Europa se estendeu rapidamente ao mundo muçulmano. No início foram vandalizadas embaixadas, consulados e representações da UE, depois lojas, escritórios de empresas e restaurantes ocidentais. Nas ruas, queimam-se bandeiras europeias e já quase oito dezenas de mortos a lamentar. É a «guerra dos cartoons», o «choque das civilizações», a «liberdade contra o obscurantismo»... Uma profusão de epítetos para uma crise que começou na (outrota?) tolerante Dinamarca.

Na origem dos cartoons

Flemming Rose, editor de cultura do Jyllands-Posten, o jornal de maior circulação semanal da Dinamarca, sediado nos arredores de Aarhus, decidiu publicar na edição de 30 de Setembro doze desenhos de Maomé, juntamente com um texto sobre a liberdade de expressão e a auto-censura. As caricaturas tinham chegado à redacção depois de Rose ter desafiado cerca de 40 cartoonistas dinamarqueses a desenhar o profeta Maomé. A ideia surgiu depois de um artigo de outro jornal dinamarquês – Politiken, que pertence ao mesmo grupo que detém o Jyllands-Posten e ainda o Ekstra Bladet – ter descrito as dificuldades que Kåre Bluitgen tivera em conseguir um ilustrador para o seu livro infantil sobre a vida de Maomé. Depois de vários convites e abordagens, Bluitgen tinha finalmente conseguido um desenhador que aceitara ilustrar o seu livro, sob a condição de manter o anonimato. Na base das recusas dos ilustradores residia o receio de que os desenhos do profeta, proibidos por algumas correntes actuais do Islão, provocassem retaliações. Estava lançado o debate sobre a liberdade de expressão e a auto-censura e o Jyllands-Posten quis dar o seu contributo, publicando os 12 desenhos de Maomé.

Depois de as caricaturas terem desencadeado fervorosas reacções no seio da comunidade muçulmana na Dinamarca, sobretudo por aludirem a uma relação entre o Islão e o terrorismo, o jornal pediu desculpas pelas ofensas que os desenhos causaram

aos seguidores de Maomé, mas nunca se desculpou pela sua publicação, resguardando-se no princípio da liberdade de expressão, um direito sagrado para qualquer órgão de comunicação social. Mas, independentemente desta querela entre a liberdade de expressão e a liberdade religiosa, que tem dividido os próprios media, há quem não veja muita inocência do lado do Jyllands-Posten. Apesar de independente, este jornal foi desde sempre conhecido pelas suas posições de direita (chegou a deslumbrar-se com o fascismo nos anos 20 e 30 do século passado), que nos últimos tempos se têm cristalizado em editoriais e opiniões algo xenófobos e anti-imigrantes, como denunciou um relatório de 2004 da Rede Europeia Contra o Racismo. Mas, diga-se, foi também um jornalista deste periódico quem conquistou, em 2005, o segundo prémio da UE «Para a diversidade. Contra a discriminação», pela sua reportagem sobre a integração dos imigrantes.

A proclamada tendência conservadora do Jyllands-Posten não é estranha à restante imprensa dinamarquesa, nem à recente viragem à direita da política do país. Actualmente governa uma coligação entre o Partido Liberal (Venstre) e o Partido Popular Conservador, que para garantir a maioria no parlamento necessita do apoio do ainda mais conservador Partido Popular Dinamarquês – partido que numa sondagem realizada duas semanas depois da crise dos cartoons saiu ainda mais reforçado (obteve um ganho de quase 5%, ou oito assentos parlamentares, em relação aos resultados das últimas eleições). Esta coligação resultou das eleições de Fevereiro do ano passado, mas já tinha estado no poder na legislatura anterior, quando os Sociais Democratas foram destronados da maioria parlamentar, mantida desde os anos 20.

Mesmo que não tenha havido uma intenção deliberada de provocar e insultar a comunidade muçulmana dinamarquesa, não pode deixar-se de enquadrar o aparecimento dos cartoons de Maomé nesta Dinamarca actual (que é também um dos mais importantes e eficientes doadores de ajuda ao desenvolvimento) e sobretudo nas páginas de um jornal como o Jyllands-Posten que tem entre os membros do seu conselho de administração David Gress, um intelectual dinamarquês conhecido pelas suas posições conservadoras, e que é simultaneamente membro do CEPOS (Centro Dinamarquês para os Estudos Políticos) do qual é membro honorário George P. Shultz, o conhecido conselheiro de George W. Bush e um dos mentores do neo-conservadorismo nos EUA.

Da Dinamarca para o resto do mundo

Inicialmente os protestos muçulmanos contra os desenhos de Maomé mantiveram-se dentro das fronteiras da Dinamarca. A 22 de Outubro, quase um mês depois da

publicação dos cartoons, um grupo de embaixadores de dez países muçulmanos, mais o representante da Palestina na Dinamarca, enviaram uma carta ao primeiro-ministro Andres Fog Rasmussen a solicitar uma reunião e a tomada de acções contra os responsáveis pela publicação dos desenhos de Maomé. O primeiro-ministro recusou o pedido de reunião, alegando que a regulação dos meios de comunicação social é feita pelos tribunais e não pelo governo. Dois dias depois as ruas de Copenhaga encheram-se de vários milhares de pessoas (a comunidade muçulmana dinamarquesa tem cerca de 200 mil pessoas), numa manifestação contra as caricaturas de Maomé.

A primeira «internacionalização» dos desenhos iria acontecer ainda nesse mês de Outubro, quando um jornal egípcio, o al-Fagr, re-publicou seis dos cartoons de Maomé chamando a atenção para o seu carácter racista e ultrajante. Curiosamente, a reacção foi nula. Mas a inflamação do mundo árabe e muçulmano estava lentamente a preparar-se. Entre os meses de Dezembro e Janeiro, vários imãs radicados na Dinamarca viajaram para o Médio Oriente (Egipto, Líbano, Turquia, Marrocos, Argélia) e Sudão, munidos dos 12 cartoons e de um dossier de 43 páginas onde constavam outros desenhos que o Jyllands-Posten nunca publicara e documentos sobre a situação actual da comunidade muçulmana na Dinamarca. Dossier que circulou, segundo o The New York Times, na cimeira da Organização da Conferência Islâmica, a 6 de Dezembro, e que dominou a sua agenda de trabalho. Eventualmente terá inspirado um comunicado interno onde se consideravam boicotes aos produtos dinamarqueses e uma proposta de resolução da Assembleia geral das Nações Unidas contra os ataques às crenças religiosas.

Assim, quando a 10 de Janeiro o Magazinet – jornal cristão norueguês – re-publicou os doze cartoons dinamarqueses, estavam já criadas todas as condições para o estalar da crise. Ao jornal norueguês seguiram-se jornais e televisões de mais de 40 países de todas as regiões do mundo que publicaram parte ou a totalidade dos cartoons de Maomé, acrescentados, em muitos casos, por novos desenhos sobre a questão. Na Jordânia, Malásia, Líbano e na Argélia vários jornais foram encerrados por publicarem os desenhos dinamarqueses, e jornalistas e editores envolvidos ou foram despedidos, ou presos e acusados de insultarem a religião muçulmana. E não só nos países árabes se verificaram baixas nas redacções ou direcções dos jornais. Jacques Lefranc, director do jornal francês France Soir, foi despedido na sequência da publicação dos polémicos cartoons. Só nos EUA e no Reino Unido a imprensa se mostrou mais contida e na sua esmagadora maioria não publicou os cartoons.

Juntamente com a disseminação dos desenhos de Maomé, espalhou-se a violência nas ruas de vários países, e nem mesmo o pedido de desculpas do Jyllands-Posten, em finais de Janeiro, ou a carta «aos nossos honrados concidadãos muçulmanos» do seu editor, Carsten Juste, em inícios de Fevereiro, foram suficientes para acabar as reacções violentas. O pedido de desculpas continha apenas uma parte: a ofensa causada pelos desenhos, e deixava de fora a sua publicação, em nome da liberdade de expressão.

A partir de então os protestos intensificaram-se e as re-publicações multiplicaram-se. Embaixadas dinamarquesas, mas também norueguesas, suecas, francesas, alemãs, britânicas, austríacas foram alvo de ataques na Síria, em Gaza, no Líbano, no Irão, na Líbia, no Afeganistão, no Paquistão, na Somália, no Iémen, na Indonésia e na Malásia. Em Gaza, representações da UE foram também vandalizadas e os seus funcionários ameaçados por homens da Jihad Islâmica e das Brigadas dos Mártires Al-Aqsa. Enquanto muitos destes países iam retirando os seus embaixadores da Dinamarca, o governo dinamarquês aconselhou os seus cidadãos a sair ou a não viajar para alguns países árabes. Por terem sido ameaçados, os membros da Cruz Vermelha dinamarquesa, por exemplo, retiraram-se da Faixa de Gaza e do Iémen. Entretanto a Arábia Saudita, o Kuwait e o Qatar anunciaram boicotes aos produtos dinamarqueses e o Irão e o Iraque cancelaram contratos com empresas dinamarquesas e norueguesas. No Irão, a juntar-se às declarações do Presidente Mahmud Ahmadinejad de negação do Holocausto, o jornal Hamshahri abriu um concurso de cartoons sobre o Holocausto.

Quase oito dezenas de pessoas morreram nos protestos, nomeadamente na Nigéria, no Afeganistão, no Paquistão, na Somália e no Quénia. Quanto aos cartoonistas e outros membros da redacção do Jyllands-Posten os tempos são de turbulência: enfrentam diversas ameaças de morte, no Paquistão há até uma recompensa para quem obtiver a cabeça de um dos desenhadores e em Lucknow, no norte da Índia, foi até emitida uma fatwa que condena à morte os doze cartoonistas. Mas às manifestações violentas juntaram-se outras manifestações pacíficas na Nigéria, na África do Sul, mas também em Copenhaga, Londres, Viena e Bruxelas e outras cidades europeias.

As reacções dos responsáveis mundiais

Ainda em Dezembro, foram as Nações Unidas, pela voz de Louise Arbour, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a emitir os primeiros comentários sobre a questão dos cartoons dinamarqueses, iniciando uma investigação para averiguar o eventual carácter racista dos desenhos de Maomé. Posteriormente,

Kofi Annan ver-se-ia obrigado a apelar à calma e à aceitação do pedido de desculpas dos dinamarqueses, numa tentativa de apaziguar a violência que começava a descontrolar-se nos países muçulmanos. Seguiu-se o Conselho da Europa que a 19 de Dezembro, criticou o governo dinamarquês por invocar a «liberdade de imprensa» na recusa de agir contra a publicação dos cartoons. O secretário-geral da mesma organização, Terry Davis, viria a declarar, já depois da escalada da crise, que toda a violência gerada pelos cartoons era «inaceitável» e alertar para o facto de a liberdade implicar sempre responsabilidade, concluindo que a publicação dos desenhos não violou nenhum código legal, mas foi contra a norma ética «do respeito e da aceitação mútua das crenças religiosas dos outros povos».

A primeira condenação pública dos cartoons seria, no entanto, proferida pela Arábia Saudita, a 24 de Janeiro, seguindo-se-lhe pouco tempo depois a de outros países de maioria muçulmana, como o Líbano, o Bahrain, ou a Indonésia.

Mas à condenação dos cartoons no mundo muçulmano juntaram-se as declarações críticas dos líderes ocidentais. O ex-presidente norte-americano Bill Clinton condenou os cartoons e revelou temer que o anti-semitismo esteja a ser substituído pelo anti-islamismo. Ainda nos EUA, quer George W. Bush, quer a Secretária de Estado Condoleezza Rice condenaram a violência, especialmente o papel activo que Teerão e Damasco tiveram no seu incitamento, mas acusaram também os cartoons de serem ofensivos, lembrando que a liberdade de imprensa não anula nem se deve sobrepor à responsabilidade. Na Rússia, Vladimir Putin acusou as autoridades políticas de estarem a usar a liberdade de expressão para proteger aqueles que insultaram os muçulmanos. No resto do continente europeu, as reacções chegaram lentamente e com pouca coordenação ao nível da UE. Jacques Chirac e Tony Blair foram os mais consistentes na condenação quer da violência que se alastrou a vários países árabes e islâmicos, quer do carácter ofensivo dos desenhos de Maomé.

Outros líderes europeus, como a Presidente da República da Irlanda ou o ministro dos Negócios Estrangeiros português, discordaram com a publicação dos cartoons, por serem ofensivos para com as crenças religiosas dos muçulmanos, enquanto que na Itália, o ministro Roberto Calderoli envergou uma t-shirt com os cartoons de Maomé, em sinal de protesto contra as reacções muçulmanas, que considerou «uma humilhação» – uma atitude que desencadeou uma violenta manifestação junto do consulado italiano em Benghazi, na Líbia, de onde resultaram onze mortos, e que levou à sua demissão. Entretanto, Javier Solana, o representante da UE para as relações externas, iniciou um périplo diplomático pelo Médio Oriente, encontrando-se com vários líderes políticos e

religiosos, numa tentativa de acalmar a cólera desencadeada pela publicação das ilustrações do profeta. Em declarações feitas a 13 de Fevereiro, o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, exprimiu o seu total apoio à Dinamarca e afirmou que a liberdade de expressão não pode ser comprometida – uma posição muito semelhante à resolução que o Parlamento Europeu aprovou, a 16 de Fevereiro, condenando a violência provocada pela questão dos cartoons e que reforçou que a liberdade de expressão é um princípio absoluto que não pode ser afectado por nenhuma forma de censura, apesar de acarretar responsabilidades.

Também o Vaticano e o Papa Bento XVI emitiram comunicados apelando à calma e ao respeito pelos símbolos e representações de todas as religiões. Entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros dinamarquês, Per Stig Möller, encontrou-se com religiosos muçulmanos a 16 de Fevereiro, em Viena, juntamente com representantes da UE. Apesar dos poucos avanços que daí resultaram, esta foi a primeira reunião entre as duas partes e o primeiro sinal de diálogo desde o início de uma crise que parece não ter fim à vista e que, segundo Möller, poderá estar a ser atizada por forças extremistas, nomeadamente a Al-Qaida.